

N. F. Nº - 278858.0006/20-3
NOTIFICADO - NOSSA REDE SUPERMERCADOS EIRELI
NOTIFICANTE - DEIA CUNHA ERDENS
ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ CHAPADA DIAMANTINA
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 21/12/2022

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0287-04/22NF-VD**

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MERCADORIAS BENEFICIADAS COM ISENÇÃO DO IMPOSTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Revisão fiscal elaborada pela autuante, possibilitou a redução da exigência tributária mediante a exclusão de produto submetido a tributação normal do imposto. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de Notificação Fiscal expedida em 30/06/2020 objetivando reclamar crédito tributário no valor histórico de R\$ 3.168,61, mais acréscimos moratórios no total de R\$ 395,71 e multa no valor de R\$ 1.901,19, totalizando o valor reclamado no montante de R\$ 5.465,51, em face da seguinte acusação: **Infração 01.02.03** – “*Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de mercadorias beneficiadas com isenção do imposto.* O enquadramento legal foi efetuado com base no Art. 29, § 2º, da Lei nº 7.014/96, c/c art. 310, inciso I, alínea “a” do RICMS/BA, e multa de 60% tipificada no Art. 42, inciso VII, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

O autuado ingressou com Impugnação Parcial ao lançamento, fls. 25 a 29, pugnando pela procedência parcial da notificação fiscal, sob a justificativa de que foi acusado de que utilizou indevidamente do crédito de ICMS nas aquisições do produto “*Milho de pipoca Dona Alice 500gr*”, o qual é regularmente tributado, sendo que o milho que é isento é aquele utilizado como ração animal, o que não é o caso.

Após tecer considerações de ordem doutrinária e apresentar a planilha de fls. 36 e 37, concluiu pugnando pela Procedência Parcial do Auto de Infração.

A autuante apresentou Informação Fiscal, fl. 42, onde concordou com o argumento defensivo e elaborou nova planilha de débito com a exclusão do referido produto, conforme fls. 43 e 44.

VOTO

De fato, assiste razão ao autuado em seu argumento, visto que o produto “*Milho de pipoca Dona Alice 500gr*” não está incluído no rol isenções previstas pelo art. 265 do RICMS/BA.

Desta forma, sendo desnecessário maiores considerações a respeito da questão, acolho o posicionamento da autuante e voto pela Procedência Parcial da presente Notificação Fiscal, que, após a exclusão da exigência relacionada ao referido produto, remanesce o valor devido de R\$ 655,76 consoante demonstrado no quadro de fl. 44.

Em conclusão voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da presente Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** a Notificação Fiscal nº 278858.0006/20-3, lavrada contra **NOSSA REDE SUPERMERCADOS EIRELI**, devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 655,76**, acrescido da multa de 60% com previsão no Art. 42, inciso VII, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 13 de dezembro de 2022.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE / RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA

JOÃO VICENTE COSTA NETO - JULGADOR